AGRICULTURA E INFLAÇÃO

APÓS TRÊS SAFRAS CONSECUTIVAS CONSIDERADAS BASTANTE SATISFATÓRIAS, A AGRICULTURA PARECE TER CORRESPONDIDO AOS ANSEIOS GOVERNAMENTAIS. AFINAL, NO ÚLTIMO ANO, PARTICIPOU ATIVAMENTE DAS EXPORTAÇÕES DO PAÍS, CONTRIBUIU PARA A SOLUÇÃO DO PROBLEMA ENERGÉTICO E AUXILIOU OS ESFORÇOS PARA A CONTENÇÃO DOS ÍNDICES INFLACIONÁRIOS. NESTE ÚLTIMO TERRENO, PORÉM, TALVEZ SURJAM PROBLEMAS, EM BREVE, POIS NÃO SE TEM ATENTADO PARA A COMPRESSÃO DOS GANHOS DOS AGRICULTORES. É DESTA QUESTÃO QUE TRATA O PRESENTE TRABALHO.

Na década passada, as crises de oferta de alimentos foram freqüentes nos grandes centros urbanos do país. Os exemplos mais agudos dessas dificuldades foram apresentados pelo feijão, leite, milho e arroz, contornadas ou não com importações emergenciais. Nessas oportunidades, as altas dos preços agrícolas foram, muitas vezes, acusadas de desencadear movimentos de aceleração inflacionária. A prioridade agrícola e a maior benevolência climática, entre outros fatores, permitiram que as safras de verão colhidas em 1980, em 1981 e em 1982, fossem suficientes para melhorar as condições do abastecimento interno de gêneros alimentícios.

Em 1980, era grande a expectativa de obtenção de uma "super-safra". Esperava-se que a colheita representasse um volume suficiente para desacelerar o crescimento dos preços internos dos produtos agrícolas, contribuindo, assim, para o esforço de reversão do processo inflacionário vigente no país. Na realidade, significativos ganhos de produção foram obtidos em relação à safra anterior. No entanto, as carências acumuladas nos anos mais críticos (1978 e 1979), o aumento da demanda interna por alimentos e a necessidade de incrementar o ingresso de divisas mediante o crescimento das quantidades exportadas, fizeram com que o ritmo da evolução dos preços agrícolas fosse ainda acelerado ao longo do ano.

Em 1981, no entanto, a ajuda da agricultura para a redução do ritmo do processo inflacionário foi efetiva, sem dúvida. Alguns observadores afirmam até que esta contribuição vem ocorrendo mediante uma compressão exagerada da rentabilidade dos produtores. Daí a advertência de que, caso essa "contribuição" persista no mesmo ritmo, durante 1982, poderá causar efeitos negativos sobre o plantio da próxima safra, comprometendo o esforço de controle dos preços até aqui desenvolvido.

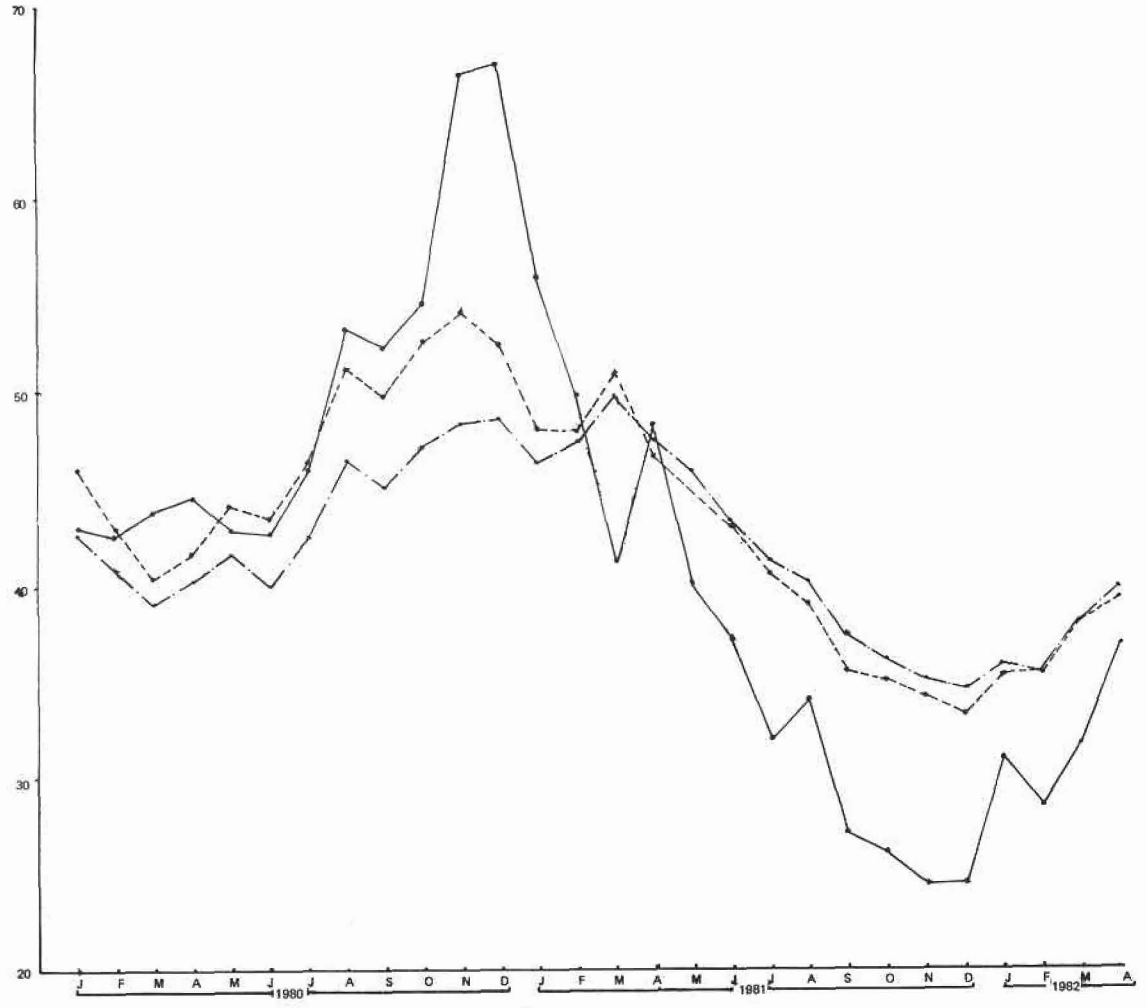
A avaliação desta perspectiva, de fato pouco confortadora, remete inicialmente à análise dos objetivos fixados pela prioridade agrícola e dos instrumentos acionados para a sua consecução. Segundo declarações oficiais, reiteradas sistematicamente desde 1980, espera-se que a agricultura atue, a curto prazo, em três frentes distintas: no aumento das exportações, na reversão do processo inflacioná-

rio e na redução da dependência de produtos energéticos importados. Na verdade, estes três objetivos, avaliados em conjunto, mostram-se contraditórios em alguns aspectos[1]. Isto porque a expansão das culturas de exportação, notadamente a soja, na década passada, deu-se, em grande medida, pela incorporação de recursos produtivos, como terra e mão-de-obra, antes comprometidos com a produção de bens agrícolas de consumo doméstico. Este redirecionamento de recursos produtivos, que poderá continuar nos anos vindouros, realizou-se em razão da coexistência de dois segmentos com distintas taxas médias de rentabilidade na agricultura brasileira: o primeiro, dinâmico e capitalizado, mais voltado para o mercado internacional, e o segundo, caracterizado por reduzidos índices de tecnificação e em-

[1] Para uma discussão mais pormenorizada, ver **Agroanalysis**, vol. 5, nº 2.

GRÁFICO 1

BRASIL: Evolução dos Índices de Preço sob o Conceito de Oferta Global (IGP, IPA e IPA — Produtos Agrícolas) — Valores Acumulados Semestralmente — Janeiro de 1980 a Abril de 1982



— — IGP-OG (6 meses)
----- IPA-OG (6 meses)
—— IPA-OG — Produtos Agrícolas, col. 17 (6 meses)

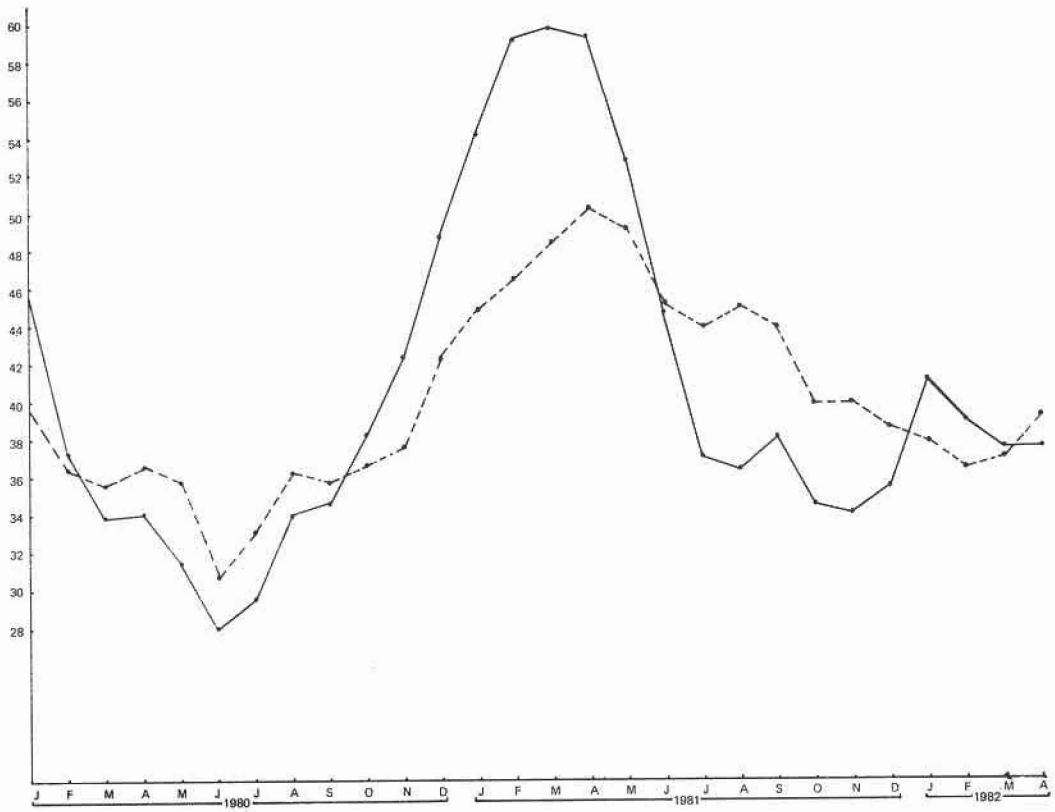
FONTE: Conjuntura Econômica/FGV.

prego de capital, mais dedicado à produção de alimentos de consumo interno. A existência desses dois segmentos, aos quais, atualmente, vem juntar-se um terceiro (produção de bens agrícolas energéticos) com características econômicas e sociais fortemente distintas, traz implícita a fatalidade de o segmento menos privilegiado desempenhar sempre o papel de fornecedor de recursos produtivos aos demais, emperrando, assim, seu próprio avanço.

Os instrumentos de incentivo à produção acionados pelo governo federal, a partir de 1980, visaram em geral a aumentar a rentabilidade média esperada da agricultura a curto prazo e, com isso, promover ganhos de produção, também a curto prazo, a partir de aumentos de área plantada. Portanto, a não ser que se configurem ganhos (pouco prováveis) de escala de produção na agricultura brasileira, a incorporação de novas áreas ao processo produtivo não provoca alterações de vulto no custo unitário de produção. Assim, segundo a estratégia em vigor, a rentabilidade média esperada da agricultura é ampliada através de estímulos indiretos (seguro rural, maiores facilidades para o acesso ao sistema de crédito rural subsidiado etc), enquanto os custos médios de produção se mantêm, em princípio, inalterados. A adoção de medidas que, por exemplo, possibilitem condições de acesso ao sistema de crédito rural subsidiado a um número determinado de produtores que, até então, produziam exclusivamente com recursos próprios, desloca para cima a rentabilidade esperada por aqueles produtores e, em conseqüência, a rentabilidade média do setor, gerando

GRÁFICO 2

RIO DE JANEIRO: Evolução do Índice de Custo de Vida e de sua Componente Alimentação — Valores Acumulados Semestralmente — Janeiro de 1980 a Abril de 1982



----- ICV-RJ Total (6 meses)
— ICV-RJ Alimentação (6 meses)

FONTE: Conjuntura Econômica/FGV.

aumento de produção. No período seguinte, no entanto, o fato de aqueles produtores novamente se utilizarem do crédito subsidiado não se constituirá em nova fonte de estímulo à produção total, pois a rentabilidade média esperada do setor permanecerá em nível idêntico ao da estação anterior. Em contraposição a este tipo de incentivo, a aplicação de recursos em pesquisa agrícola, por exemplo, não apresenta retorno a curto prazo, mas os ganhos de produtividade derivados das inovações tecnológicas se distribuem mais homogeneamente pelas safras seguintes.

Não há dúvida de que a utilização prioritária de instrumentos de estímulo à produção, que provocassem respostas rápidas do setor agrícola, impunha-se em razão da gravidade das crises verificadas nos últimos anos da década passada e, conseqüentemente, da urgência das soluções requeridas. Cabe agora, portanto, buscar meios que permitam não só a consolidação dos ganhos já obtidos mas, também, novos aumentos de produção sem que, para isso, seja necessário o comprometimento crescente de recursos governamentais.

No entanto, a própria consolidação dos ganhos obtidos no passado recente acha-se hoje ameaçada. Isto porque, desde o início da safra 1980/81, as vantagens transferidas ao produtor sob formas indiretas (seguro rural, aquisições governamentais, crédito subsidiado etc) vêm sendo minadas pelo comportamento dos preços recebidos pelo produtor que, de um modo geral, têm sofrido perdas reais significativas.

Os Gráficos 1 e 2 ilustram esta questão. O primeiro apresenta a evolução mensal das variações percentuais acumuladas a cada seis meses do IGP, IPA e do IPA Agrícola (Produtos Agrícolas-coluna 17), todos segundo o conceito de oferta global. As variações mensais, também acumuladas a cada seis meses, do Índice de Custo de Vida, no Rio de Janeiro e sua componente "alimentação", estão representadas no Gráfico 2. A observação de ambos os Gráficos revela que, durante o período de março de 1980 a março de 1981, quando foi comercializada a safra 1979/80, os preços agrícolas, ao contrário do que se pretendia, exerceram importante pressão sobre os índices de inflação, principalmente durante o segundo semestre de 1980 e o início de 1981. Durante o período de comercialização da safra 1979/80, o IPA referente a produtos agrícolas acumulou um aumento de 138% contra 117% do IGP e 126% do IPA. A partir da colheita da safra 1980/81, a situação se altera significativamente. Observe-se que o índice relativo aos produtos agrícolas que compõe o IPA, desde março de 1981 (ver Gráfico 1), tem-se situado sistematicamente abaixo dos dois outros índices, chegando a apresentar uma diferença percentual acumulada, em comparação com o IGP, de 9,6% no mês de novembro de

QUADRO 1

BRASIL — Produtos Selecionados: Evolução da Produção no Período 1975-1981 — t

Produto	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981
Algodão	1.748.144	1.262.171	1.900.218	1.570.177	1.636.259	1.673.229	1.730.348
Arroz	7.781.538	9.757.079	8.993.696	7.296.142	7.595.214	9.747.883	8.260.547
Batata	1.654.767	1.897.518	1.896.311	2.013.882	2.154.173	1.947.666	1.911.289
Feijão	2.270.747	1.842.262	2.327.200	2.390.000	2.298.300	1.895.200	2.455.000
Laranja*	31.565.854	35.841.350	35.823.453	39.131.682	42.226.117	54.346.845	57.148.563
Mandioca	26.117.614	25.443.053	25.929.484	25.459.408	24.962.191	24.044.854	25.050.215
Milho	16.334.516	17.751.077	19.255.936	13.569.401	16.306.380	20.373.925	21.098.300
Soja	9.893.008	11.227.123	12.513.406	9.540.577	10.240.306	15.152.601	14.977.972

FONTE: FIBGE, CFP.
*1.000 frutos

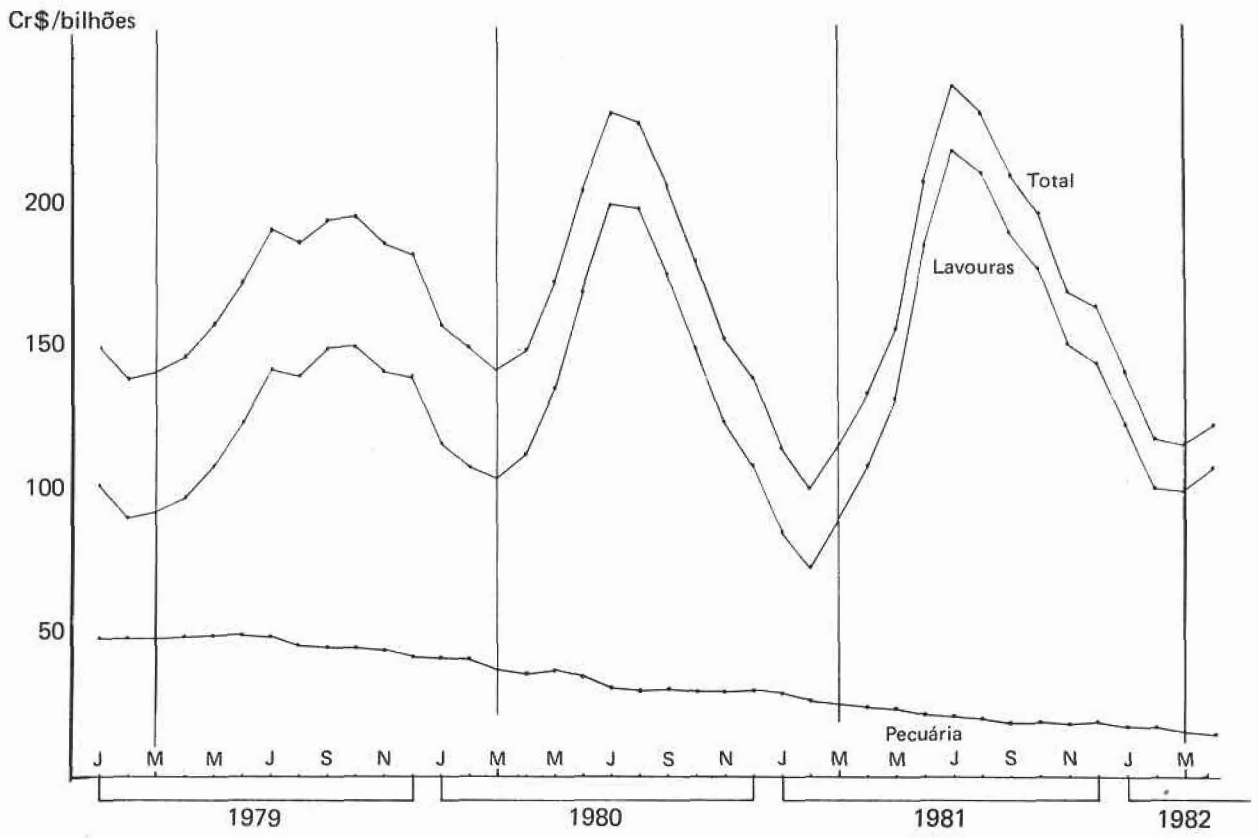
1981. Durante o período de comercialização da safra 1980/81, o IPA (produtos agrícolas) acumulou uma variação de 66% contra 90% no caso do IGP e 87% no do IPA geral, refletindo as condições pouco vantajosas em que o produtor rural vendeu sua colheita.

A tendência de baixa dos preços agrícolas, em 1981 e 1982, pode ser creditada, de forma sintética, à conjuntura recessiva da economia, à influência também baixista das cotações externas dos principais produtos agrícolas exportados pelo país e ao aperto creditício promovido pelo governo federal além, é claro, da própria dimensão das safras. A recessão econômica deve ter contribuído para a contenção relativa dos preços pela redução da demanda industrial por matérias-primas de origem agrícola e pela redução da demanda de alimentos "in natura", decorrente do aumento do desemprego, principalmente nos grandes centros urbanos. O efeito baixista, originário do aperto creditício, também se fez sentir por duas vias distintas: pelo lado da demanda, ao reduzir o nível médio dos estoques, em razão do elevado custo financeiro da estocagem e, pelo lado da oferta, ao induzir o produtor a comercializar rapidamente sua colheita uma vez que, frente às altas taxas de juros do mercado, provavelmente obteria retorno maior investindo os recursos no mercado financeiro do que esperando o período mais crítico da entressafra com o produto estocado, para então comercializá-lo.

Além disso, a própria falta de liquidez da economia, ao provocar uma retração da demanda por matérias-primas de origem rural e, até mesmo por alimentos, impede que os preços dos produtos de setores mais concorrenciais, como é o caso da agricultura, acompanhem os aumentos médios dos

GRÁFICO 3

BRASIL — Crédito Rural para Comercialização, no Banco do Brasil S/A — Valores em Bilhões de Cruzeiros Corrigidos pelo IGP (Col. 1) de Abril/82 — Saldos de Fim de Período — Janeiro de 1979 a Abril de 1982



FONTE: Boletim do Banco Central.

preços da economia, anulando, ao menos parcialmente, os benefícios que poderiam advir da estocagem financiada de produtos agrícolas.

A julgar pelos indicadores até agora disponíveis, as condições de comercialização, este ano, são ainda piores do que em 1981. Os preços das principais safras de verão (ver Gráficos 4 a 8) persistem declinando em termos reais e algumas delas, como o feijão e o milho já são comercializadas até abaixo do preço mínimo de garantia, em algumas regiões. Este fato e a perspectiva de que as cotações de quase todos os produtos permanecerão em queda, em termos reais, vêm provocando significativo aumento das operações de AGF. Sendo assim, até o dia 4 de maio último, o governo teria gasto Cr$ 42 bilhões, comprando, ao preço mínimo de garantia, quase 500 mil t de feijão, cerca de 700 mil t de milho e mais de 300 mil t de arroz. A conta de AGF do Banco do Brasil, ao mesmo tempo, teria crescido 307% no período de 1º de janeiro a 8 de maio de 1982, em comparação com igual período do ano anterior. Em contrapartida, os saldos mensais da conta de EGF teriam registrado declínio em termos reais, também em comparação com os resultados de 1981.

Em relação ao comportamento dos saldos das aplicações de EGF, vale a pena assinalar que, durante os primeiros meses do ano passado, os valores aplicados a cada mês sofreram forte redução real, em comparação com os níveis observados em 1980. Ao longo do ano, esta diferença foi-se reduzindo gradativamente, até que, nos últimos meses de 1981, os saldos superavam os de iguais períodos do ano anterior.

Para os primeiros meses de 1982, os dados estatísticos não estão ainda disponíveis, exceto aqueles relativos às aplicações do Banco do Brasil (Gráfico 3) as quais indicam uma evolução, em termos de valores absolutos, semelhante à do ano anterior. A julgar, no entanto, pelo volume das aquisições governamentais e, principalmente, pelo aumento da quantidade colhida de alguns produtos, é provável que tenha havido uma retração dos saldos de crédito para comercialização por unidade produzida durante os meses de abril e maio de 1982, quando se iniciou a comercialização da safra 1981/82.

Esta hipótese, se comprovada, em parte reflete a provável retração que estaria ocorrendo na demanda dos produtores por financiamentos para comercialização. A expectativa, em relação ao futuro dos preços, e o nível das taxas de juros do mercado não aconselham aguardar momentos melhores de venda para a maioria dos produtos colhidos no verão.

O comportamento dos saldos da conta EGF decorre também da série de restrições impostas à sua evolução em 1982. Estas restrições que evidentemente, influenciam o comportamento dos preços do mercado, são responsáveis pela situação insólita vivida atualmente, quando o governo se vê forçado a comprar, pelo preço mínimo de garantia, enormes quantidades de produtos agrícolas que, por certo, retornarão parcialmente ao mercado ainda no período de comercialização da safra.

O Banco do Brasil, por exemplo, até recentemente, vinculava a concessão de crédito para comercialização à pré-existência de um débito de custeio. Além disso, 75% do financiamento (EGF) eventualmente concedido eram retidos para fazer frente à liquidação do débito de custeio que só vencerá em junho próximo. No corrente ano, estas restrições foram suspensas no início de maio, mas permanecem em vigor algumas outras, como a que estabelece, para cada produto, um percentual determinado da quantidade financiada na safra passada que poderá ser novamente coberto, este ano, por recursos de EGF. Note-se que esta norma afeta justamente o produtor que obteve ganhos de produtividade. O EGF da soja, por exemplo, só pode cobrir 70% da quantidade financiada em 1981. Isto significa que o produtor cuja produtividade, em 1982, tenha crescido, suponha-se, 5% em relação à do ano passado, só poderá obter financiamento subsidiado para a comercialização de 66,7% da produção obtida em 1982.

Por isso mesmo, uma das principais questões que se coloca atualmente, diz respeito à possibilidade de ocorrer, já na próxima safra, uma redução de produção como resposta dos agricultores às condições adversas de comercialização das colheitas de 1981 e de 1982. Esta possível retração, naturalmente, se faria sentir em graus variados para cada produto, espelhando os diferentes níveis de lucratividade que cada um deles proporcionou nos últimos anos, bem como a perspectiva de recuperação ou não da taxa de lucro na próxima estação.

Com o objetivo de identificar os produtos cujo comportamento das variáveis de receita e de custos

aponta uma probabilidade maior de ocorrência de retração de plantio, foram calculados "indicadores de rentabilidade" para o algodão, o arroz, o feijão, o milho e a soja. O cálculo desses indicadores foi realizado a partir de duas séries de preços médios anuais: a primeira refere-se aos preços recebidos pelos produtores, considerados, após ajuste estatístico da tendência de produtividade, como uma aproximação da receita unitária auferida no ano; a segunda, com base no índice de preços pagos pelos agricultores, à guisa de indicador da evolução dos custos de produção. Estas duas séries, em valores reais de março de 1981, aparecem nas colunas 1 e 4 dos Quadros 2 a 6.

Na coluna 2 dos mesmos Quadros, foi calculada uma nova série de preços recebidos para cada produto, desta vez incorporando à série original (col. 1 dos Quadros) os ganhos médios de produtividade da cultura, verificados no período 1966/80. A série gerada por este ajuste constitui uma aproximação da receita unitária média anual dos produtores, uma vez que considera não só os preços médios praticados durante o ano mas, também, a variação da receita total decorrente da evolução do rendimento físico de cada cultura. Na coluna 5, aparecem os "indicadores de rentabilidade" de cada uma das culturas. Note-se que foram utilizadas, para o cálculo da coluna 2 dos Quadros 2 a 6, taxas médias anuais de crescimento (ou decréscimo) dos rendimentos por hectare de cada cultura para o período em exame. Estas taxas médias, portanto, não refletem o ocorrido efetivamente em cada safra, mas constituem uma estimativa da tendência expressa pela produtividade das culturas, nos quinze anos analisados. Na coluna 5, aparecem os "indicadores de rentabilidade" de cada um dos produtos em estudo. Foram calculados dividindo-se as séries de preços recebidos ajustadas à tendência de produtividade, pelas séries de preços pagos, todas indexadas com base 100 em 1966, exceto a soja, cuja base é 1970.

Cabe esclarecer o caráter regional do indicador. A série de preços recebidos de cada produto é relativa a um determinado estado da federação no qual o produto ocupa lugar de destaque no complexo agrícola. A série de índices de preços pagos, também referente a cada um dos estados selecionados, foi utilizada como medida da evolução dos custos de produção, devido à inexistência de séries de preços pagos específicas para cada produto em estudo. Este fato, naturalmente, provocou alguma distorção nos resultados, pois o índice de preços pagos é influenciado pela evolução dos preços de diversos insumos, dentre os quais alguns nem mesmo são usados pelas culturas em exame. No caso do arroz, por exemplo, utilizou-se, como indicador de custo de produção, o índice de preços pagos pelos produtores do Rio Grande do Sul. Sabe-se, no entanto, que diversos insumos utilizados especificamente pela pecuária, atividade destacada no complexo de exploração rural gaúcho, interferem pesadamente na evolução daquele índice, embora em nada afetem os custos da produção orizícola. O índice de preços pagos pelos produtores, na forma em que é apresentado pela FGV, não incorpora alguns dispêndios importantes, tais como os custos da mão-de-obra e arrendamentos, por exemplo. Além disso, também estão excluídos a remuneração do capital investido pelo agricultor, o pagamento pela atividade gerencial exercida pelo proprietário e os custos da depreciação do maquinário. Portanto, o índice de preços pagos é aqui utilizado apenas como uma medida precária da evolução dos custos de produção.

Em relação ao "indicador de rentabilidade" (col. 5 dos Quadros 2 a 6) é preciso ter claro que ele não reflete eventuais ganhos indiretos auferidos pelo produtor. Estes ganhos indiretos são de difícil mensuração, uma vez que oscilam em razão de um número elevado de variáveis. Dependem ainda, em grande medida, da possibilidade individual do produtor se beneficiar das vantagens eventualmente concedidas. A utilização de recursos creditícios subsidiados, por exemplo, proporcionará ganhos indiretos que dependerão do nível da taxa de juros de mercado, em comparação com o custo efetivo do financiamento do volume de recursos concedidos por unidade produzida e da própria destinação desses recursos. Portanto, o "indicador de rentabilidade" aqui calculado não representa uma taxa média de lucro, mas apenas uma aproximação da margem bruta de comercialização.

A análise das séries de indicadores de rentabilidade visa identificar períodos em que a lucratividade da produção sofre declínio suficiente para promover, na estação seguinte, uma retração de plantio capaz de desencadear um processo de elevação de preços. Um pressuposto crucial nesta análise é, portanto, que o produtor não se depara com barreiras significativas à decisão do que produzir. Ao ver a rentabilidade de determinada cul-

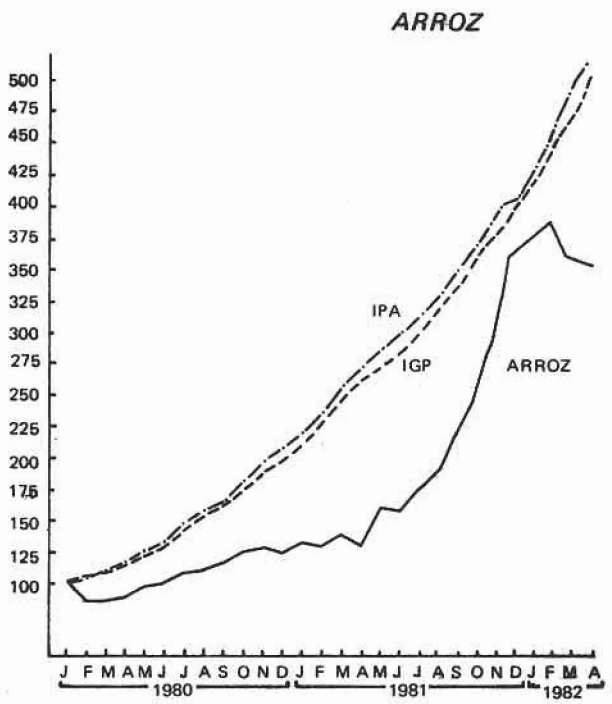
tura atingir nível insatisfatório, procurará outras alternativas de plantio. Essa substituição de culturas é possível, dentro de certos limites, graças à flexibilidade que caracteriza os fatores de produção — capital, terra, trabalho e tecnologia — no setor agrícola. Uma vez identificados, para cada produto, os períodos nos quais o indicador assumiu nível considerado crítico, procurar-se-á confrontar este nível com o calculado para 1981 e, tendo em vista a evolução provável das cotações, em 1982, analisar a situação específica de cada cultura no tocante, principalmente, à possibilidade de retração de plantio na próxima safra.

Antes, no entanto, é preciso ressaltar que, para todos os produtos, os "indicadores" do final dos anos 60 e início dos 70 são bastante inferiores aos demais. Este fato, provavelmente, é fruto das modificações substanciais da estrutura produtiva ocorridas na década passada, tais como o processo de mecanização da agricultura e os avanços tecnológicos obtidos. Vale dizer que o índice de preços pagos, que engloba preços de insumos modernos (fertilizantes, defensivos etc), passa a refletir mais adequadamente os custos da produção agrícola brasileira a partir da segunda metade da década de 70. Isto porque o processo de modernização agrícola, iniciado em 1966, mediante a utilização de incentivos governamentais, levou alguns anos para se difundir significativamente no meio rural brasileiro. As diferenças verificadas entre os indicadores calculados para os primeiros anos das séries e aqueles estimados para a segunda metade dos anos 70 refletem, provavelmente, o fato de que as técnicas tradicionais de produção têm custos inferiores (mas, também, menores rendimentos por hectare) do que as técnicas modernas.

ARROZ

O ano de 1977 se constituiu, sem dúvida, em um período especialmente desfavorável aos orizicultores, quanto às condições de comercialização do cereal. Havia sido acumulado um estoque significativo na estação anterior, quando o país obteve uma colheita recorde de arroz (9,8 milhões de t). Em 1977, novamente, a colheita foi elevada, situando-se em torno de 9,0 milhões de t. Em conseqüência, ocorreu uma vertiginosa queda de preços durante os anos de 1976 e 1977, suficiente para reduzir o "indicador de rentabilidade" a seu nível mais baixo no período em estudo (exclusive 1981).

GRÁFICO 4



FONTE: Conjuntura Econômica, CEA/FGV.

Nos dois anos seguintes, a situação se alterou radicalmente. Ocorreram importantes retrações de área nos principais estados produtores e, coincidentemente, o Centro-Sul do país foi atingido por períodos de seca que causaram danos severos às sa-

QUADRO 2

ARROZ – Rio Grande do Sul: Evolução dos Preços Recebidos pelos Produtores e Estimativa do Indicador de Rentabilidade da Cultura – 1966 a 1981

Ano	Preços recebidos valores reais (Cr$/kg)	Preços pagos ajustados pela tendência de produtividade*	PRP ajust. índice 1966 = 100	Preços pagos índice 66 = 100	Relação PRPa/ PPP
1966	29,78	29,78	100,0	100	100,0
1967	30,04	30,36	101,9	93	109,6
1968	28,58	29,19	98,0	83	118,1
1969	24,58	25,37	85,2	79	107,9
1970	23,56	24,57	82,5	75	110,0
1971	27,13	28,50	96,0	72	133,3
1972	30,21	32,18	108,1	79	136,8
1973	29,52	31,76	106,7	87	122,6
1974	35,33	38,44	129,1	106	121,8
1975	45,91	50,48	169,5	113	150,0
1976	33,51	37,24	125,1	108	115,8
1977	27,15	30,49	102,4	106	96,6
1978	32,02	36,34	122,0	111	110,0
1979	38,02	43,61	146,4	114	128,4
1980	39,96	46,32	155,5	124	125,4
1981	28,82	33,52	112,6	127	88,7

FONTE: CEA/FGV.
*Taxa anual média = 1,03%

fras de arroz e de outras culturas de verão. Estes fatos fizeram com que o "indicador de rentabilidade" se elevasse de 0,96, em 1977, para 1,10, em 1978 e 1,28, em 1979 (ver Quadro 2). O ano de 1977, portanto, se constituiu em um período crítico, em que a "rentabilidade"alcançou nível excessivamente baixo, capaz de motivar retrações de plantio nas estações seguintes.

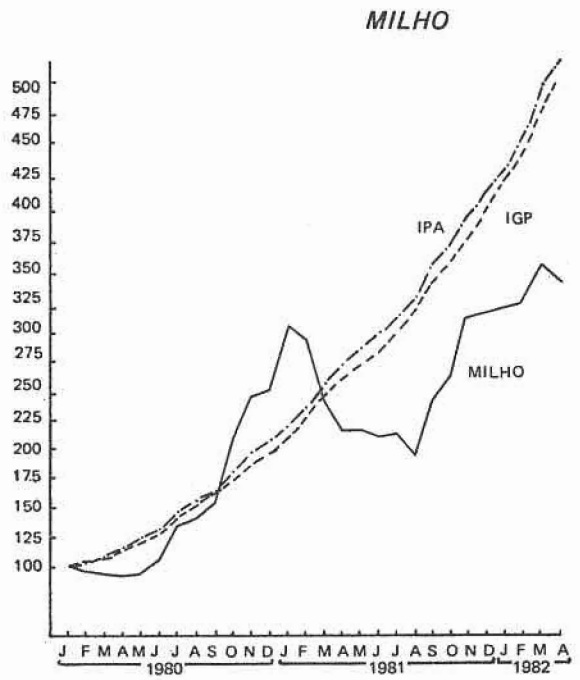
À luz dessa análise, verifica-se que as condições atuais de comercialização são novamente preocupantes. O Gráfico 4 demonstra que a cotação do arroz no período janeiro/80 a abril/82, acumulou altas de preço sempre inferiores às do IGP e do IPA. A ligeira melhora, verificada entre os meses de setembro do ano passado e fevereiro de 1982, foi revertida com o início da colheita da safra 1981/82 e com a liberação de estoques governamentais, em fins de 1981.

A situação atual é, de fato, pouco alentadora. Os preços recebidos pelos produtores, em 1981, são superiores apenas aos praticados em 1970, 1971 e 1977, considerando-se a série relativa à década passada. O "indicador de rentabilidade", calculado para 1981, é o menor de todo o período em análise, inferior inclusive ao ponto crítico verificado em 1977. Mais grave ainda é que, a se julgar pelas condições até agora verificadas na comercialização da safra 1981/82, são remotas as possibilidades de recuperação significativa dos preços durante o ano em curso. A safra que está sendo colhida (9,6 milhões de t, segundo a CFP) é pouco superior ao consumo previsto pelo mesmo órgão (9,2 milhões de t). Há que se considerar, contudo, a existência de um estoque remanescente da safra passada, da ordem de 1,666 milhão de t, o que eleva a disponibilidade total da estação para níveis muito maiores do que aqueles apontados pelas previsões mais otimistas de consumo. Pode-se concluir, portanto, que o arroz é um sério candidato a sofrer retração de plantio na safra 1982/83.

MILHO

O "indicador de rentabilidade" do milho, calculado para 1977, situou-se em nível inferior ao estimado para qualquer outro período desde 1968, e apresentou queda substancial em comparação com os valores de 1975 e 1976. De fato, entre 1975

GRÁFICO 5



FONTE: Conjuntura Econômica, CEA/FGV.

e 1977, a produção brasileira obteve crescimento acumulado da ordem de 17,9%, enquanto a área colhida se expandiu 10%. Este aumento da área colhida com o cereal prendeu-se, basicamente, à maior demanda por parte das indústrias de rações, pressionadas pelo acelerado crescimento da avicultura nacional. A título de exemplo, a produção de rações balanceadas no país saltou de 5,7 milhões de t, em 1975, para 7,8 milhões de t, em 1977. Nesse mesmo período, o consumo de milho por

QUADRO 3

MILHO – Parana: Evolução dos Preços Recebidos pelos Produtores e Estimativa do Indicador de Rentabilidade da Cultura – 1966 a 1981

Ano	Preços recebidos valores reais (Cr$/kg)	Preços pagos ajustados pela tendência de produtividade*	PRP ajust. índice 1966 = 100	Preços pagos índice 1966 = 100	Relação PRPa/ PPP
1966	10,51	10,51	100	100	100
1967	12,29	12,60	120	92	130
1968	9,89	10,40	99	83	119
1969	12,74	13,74	131	82	160
1970	11,40	12,61	120	79	152
1971	11,99	13,60	129	75	172
1972	14,57	16,06	161	77	209
1973	16,87	20,14	192	84	229
1974	18,57	22,73	216	121	179
1975	20,25	25,42	242	131	185
1976	17,36	22,35	213	114	187
1977	13,86	18,30	174	112	155
1978	18,96	25,68	244	107	228
1979	18,88	26,23	250	107	234
1980	20,15	28,71	273	122	224
1981	17,02	24,87	237	118	201

FONTE: CEA/FGV.
* 2,86% a.a.

parte dessas indústrias evoluiu de 3,5 milhões de t, para 5,0 milhões de t, enquanto a produção nacional de carne de aves aumentava 34,5% no período.

A disponibilidade total de milho em 1977, quando foi colhida uma safra recorde de 19,3 milhões de t e o estoque inicial era de 700 mil t, superou o consumo em aproximadamente 1 milhão de t. Em razão da oferta excessiva, o preço médio real recebido pelo produtor, em 1977, caiu cerca de 20% em comparação ao nível praticado no período anterior. Nos dois anos seguintes, o "indicador de rentabilidade" (ver Quadro 3) sofreu altas significativas, impulsionado pelos preços da comercialização. O processo altista decorreu, então, dos prejuízos sofridos pela cultura naqueles anos, duramente atingida por períodos sucessivos de estiagem no Centro-Sul do país.

Já em 1980, com a normalização das condições climáticas, o "indicador de rentabilidade" sofreu pequeno recuo. Os preços do produto, apesar do novo recorde de produção e da importação de 2 milhões de t, acumularam altas superiores às do IGP e do IPA no período de setembro de 1980 a março de 1981 (ver Gráfico 5). A partir de então, com a entrada da safra 1980/81, as condições de comercialização têm piorado consideravelmente.

Desse modo, nos últimos anos, a desaceleração dos preços do cereal tem sido motivada não só pelos aumentos da produção mas, também, pela redução do ritmo de expansão do setor avícola. Com a reversão do ciclo pecuário a partir de fins de 1979, o setor avícola nacional passou a moderar seu crescimento, que até então vinha na esteira da ascensão dos preços reais do boi gordo.

Em 1981, o "indicador de rentabilidade", embora em nível ainda superior ao verificado em 1977, registra um apreciável descenso da margem de comercialização do cereal. Este fenômeno, sem dúvida, está-se aprofundando este ano, em razão do novo recorde de produção obtido, das restrições à expansão creditícia e da perspectiva pouco alvissareira do setor avícola.

Diante do exposto, a expansão da área de plantio do milho para a safra 1982/83 encontra-se seriamente ameaçada, na medida em que a comercialização do produto da atual temporada continua a dar-se morosamente, com as indústrias comprando "da mão para a boca", a preços próximos do mínimo de garantia do governo. Ainda assim, a possibilidade de retração da área é diminuta, tendo em vista a existência de poucas culturas substitutas do cereal com expectativa de maior rentabilidade, em 1983. Além disso, deve-se mencionar que o governo, desejoso de promover a comercialização externa do produto e de retirar gradualmente o subsídio, ao consumo do trigo, certamente adotará medidas de estímulo ao produtor.

SOJA

A análise do "indicador de rentabilidade" da soja encerra dificuldades maiores do que a dos demais produtos aqui focalizados. Este fato decorre da estreita ligação entre o comportamento dos preços internos e a evolução das cotações externas da oleaginosa. Na verdade, as condições internas de comercialização do produto são fortemente determinadas pela oferta e demanda do mercado internacional, que podem promover aumentos ou reduções inesperadas na receita do produtor brasileiro.

A estreita vinculação dos dois mercados é capaz de provocar flutuações do "indicador de rentabilidade", incompatíveis com o comportamento das variáveis estritamente internas que condicionam a comercialização. Por exemplo, a colheita brasileira de 1978 foi duramente atingida pela estiagem verificada nos estados do Centro-Sul. Frente à exigüidade do estoque inicial da estação, seria de se esperar um aumento dos preços recebidos pelos produtores brasileiros. No entanto, o volume colhido nos EUA no final de 1977, e a expectativa de

QUADRO 4

SOJA: Rio Grande do Sul: Evolução dos Preços Recebidos pelos Produtores e Estimativa do Indicador de Rentabilidade da Cultura – 1970 a 1981

Ano	Preços recebidos valores reais (Cr$/kg)	Preços pagos ajustados pela tendência de produtividade*	PRP ajust. índice 1970 = 100	Preços pagos índice 1970 = 100	Relação PRPa/ PPP
1970	24,32	24,32	100	100	100
1971	27,77	28,71	118	96	123
1972	27,51	29,39	121	105	115
1973	50,61	55,90	230	116	198
1974	42,61	48,55	200	141	142
1975	35,36	41,73	172	151	114
1976	35,11	42,83	176	144	122
1977	36,20	45,64	188	141	133
1978	32,63	42,53	175	148	118
1979	35,70	48,10	198	152	130
1980	30,86	42,97	177	165	107
1981	25,74	37,05	152	169	90

FONTE: CEA/FGV.
* 3,367% a.a.

manutenção ou até mesmo de ampliação do plantio na estação seguinte, determinaram, em 1978, cotações internacionais inferiores aos níveis praticados no ano anterior. Em conseqüência, o "indicador de rentabilidade" reduziu-se para um dos menores níveis verificados na série, caracterizando um ponto crítico: declinou de 133, em 1977, para 118, em 1978 e no ano seguinte, recuperou-se, situando-se em 130 (ver Quadro 4). No entanto, o melhor resultado, em termos de comercialização interna, verificado em 1979, não se deveu a uma retração de plantio em resposta à pequena remuneração obtida na safra anterior, mas a fatores externos que produziram um aumento das cotações do mercado internacional.

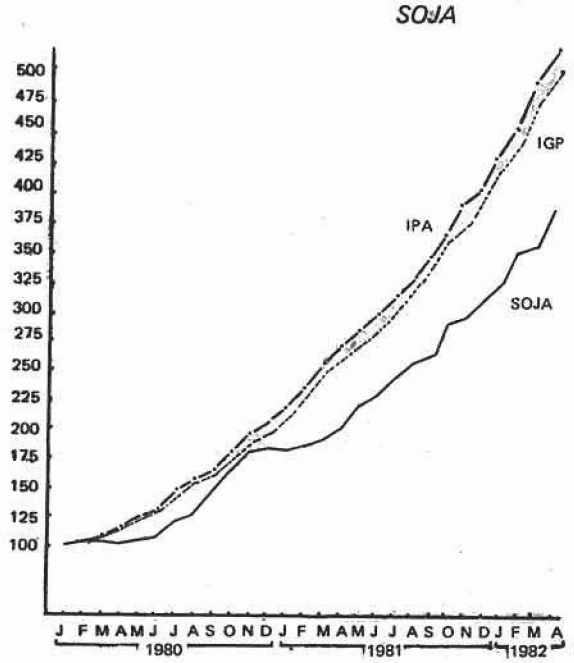
Na medida em que aumenta a participação brasileira no comércio mundial de soja, cresce também a influência dos fatores externos no comportamento dos preços recebidos pelo produtor nacional. Este fato, evidentemente, contribui para diminuir a amplitude das oscilações de preço. Isso impede que as variações de preços compensem, em termos de receita ao produtor, as eventuais flutuações na quantidade colhida, contribuindo para magnificar as oscilações da renda auferida pelo produtor de soja.

A se julgar pelos níveis do "indicador de rentabilidade" relativo aos últimos anos e pelo comportamento dos preços recebidos frente à evolução dos índices inflacionários (ver Quadro 4 e Gráfico 6), tem sido progressiva a deterioração do retorno econômico relacionado com o cultivo da soja no país. Os preços médios mensais da soja, desde janeiro de 1980, em nenhum momento acumularam elevações superiores àquelas obtidas pelo IGP e pelo IPA; o preço recebido no ano passado é superior apenas ao de 1970, quando o avanço da cultura em terras brasileiras somente se iniciava; e o "indicador de rentabilidade" de 1981 atingiu o menor nível de todo o período considerado.

No entanto, é ainda grande a incerteza quanto ao comportamento dos preços da soja nos próximos meses do ano em curso. A produção brasileira sofreu uma queda de, no mínimo, 2,0 milhões de t em relação às previsões iniciais e deverá, segundo esta estimativa otimista, situar-se em torno de 13 milhões de t. O conflito no Atlântico-Sul por outro lado, pode vir a afetar o mercado da oleaginosa de forma bastante séria. Em razão desses fatores, conforme asseguram fontes do interior, grande parte da colheita ainda permanece em mãos de produtores, os quais aguardam momento mais propício à comercialização. Esta resistência, contudo, vem sendo minada pelas dificuldades impostas à liberação de recursos da conta EGF.

A pressão altista que deve advir da tensão internacional e da redução da colheita brasileira poderá ser, parcial ou integralmente, compensada pela grande disponibilidade atual de soja no mercado externo. Além disso, as primeiras informações sobre o plantio da próxima safra, nos EUA, indicam uma razoável manutenção da área ocupada pela oleaginosa.

GRÁFICO 6



FONTE: Conj. Econômica, CEA/FGV.

ALGODÃO

Na safra 1975/76, a área plantada do algodão sofreu acentuada queda em todos os estados do Centro-Sul. Este fato decorreu, principalmente, dos preços insatisfatórios praticados em 1975, os quais não foram compensados pelos ganhos de produtividade verificados na estação anterior. Em 1975, durante o pico de safra, os preços mantiveram-se num patamar muito baixo, devido não só ao excesso de oferta que existia nos mercados nacional e internacional mas, também, às sérias dificuldades

por que passava a indústria têxtil. O "indicador de rentabilidade" calculado para 1975 foi o menor desde 1970. Em conseqüência, o país colheu, em 1976, sua pior safra de algodão dos anos 70 e o preço recebido pelo produtor aumentou 70% em termos reais (ver Quadro 5). Na safra seguinte (1976/77), em resposta aos ganhos obtidos na temporada anterior, a expansão da área foi significativa em todos os estados produtores na região Centro-Sul, e o país obteve uma colheita recorde de algodão, 50,6% superior à produção de 1976.

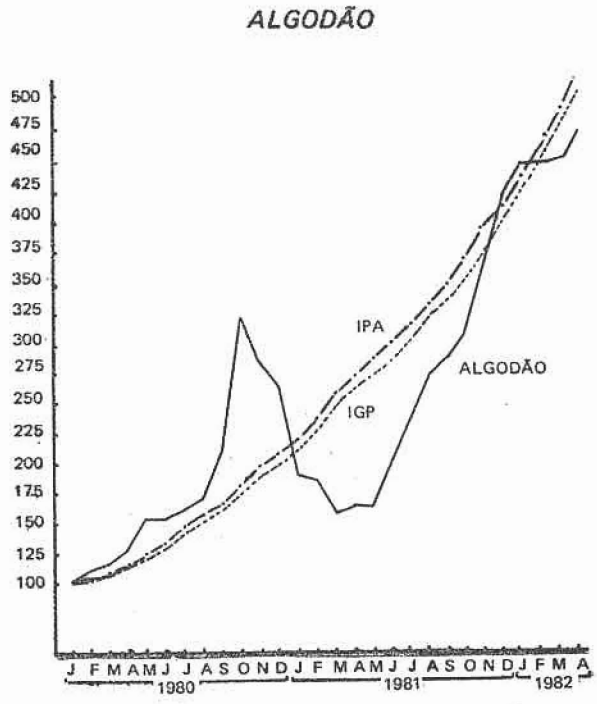
Naturalmente, a área de plantio verificada na safra 1976/77 não poderia manter-se nas estações seguintes, pois a produção resultante era muito superior ao consumo interno da fibra. Além disso, desde 1973, o país, por motivos vários, deixara de exportar grandes quantidades de algodão em pluma. Entre estes motivos, vale citar o aumento da demanda por parte da indústria nacional e a questão da gravosidade das exportações brasileiras. Desta forma, na safra 1977/78 ocorreu nova redução na área plantada. Ressalte-se, ainda, que naquele período a concorrência da soja, no Paraná, e da cana-de-açúcar, em São Paulo, foi bastante intensa na disputa de terras.

A partir da safra 1978/79, a introdução de cultivares mais produtivos (IAC-17, nesta temporada, e IAC-18, nos anos seguintes) propiciou a obtenção, no Centro-Sul, de colheitas crescentes, apesar da redução sofrida pela área plantada, no período. A respeito, registre-se que o aumento de produtividade foi importante, por compensar parcialmente a queda na remuneração real do produtor, a partir de 1976.

Este ano, no entanto, o retorno econômico médio da atividade, no Centro-Sul, poderá ser inferior ao verificado em 1981. Isto porque os preços reais que, no ano passado, foram os menores desde 1972, permaneceram insatisfatórios durante o primeiro quadrimestre do corrente ano. Acrescente-se a isso, o menor rendimento físico da safra 1981/82, em conseqüência das condições climáticas adversas.

Resta, portanto, saber a intensidade com que a expectativa de ganhos futuros das culturas alternativas poderá afetar, na próxima estação, a área plantada com a malvácea. No estado de São Paulo, a concorrência da cana-de-açúcar deverá persistir, tendo em vista a prioridade que, apesar de arrefecida, vem sendo dada ao Proálcool. No Paraná, por outro lado, a concorrência da soja e do milho possivelmente se abrandará, pois a comercialização de ambos não logrou, até agora, resultados favoráveis ao produtor.

GRÁFICO 7



FONTE: Conjuntura Econômica, CEA/FGV.

QUADRO 5

ALGODÃO – São Paulo: Evolução dos Preços Recebidos pelos Produtores e Estimativa do Indicador de Rentabilidade da Cultura – 1966 a 1981

Ano	Preços recebidos valores reais (Cr$/kg)	Preços pagos ajustados pela tendência de produtividade*	PRP ajust. índice 1966 = 100	Preços pagos índice 1966 = 100	Relação PRPa/ PPP
1966	50,27	50,27	100,0	100	100,0
1967	46,16	51,09	101,6	90	112,9
1968	52,77	56,99	113,4	87	130,3
1969	50,07	56,19	111,8	85	131,5
1970	53,20	62,04	123,4	84	146,9
1971	61,21	74,18	147,6	83	177,8
1972	61,50	77,46	154,1	87	177,1
1973	76,38	99,97	198,9	94	211,6
1974	87,40	118,88	236,5	128	184,8
1975	68,72	97,13	193,2	140	138,0
1976	117,27	172,26	342,7	122	280,9
1977	86,55	132,12	262,8	126	208,6
1978	79,33	125,84	250,3	126	198,7
1979	78,31	125,80	250,2	128	195,5
1980	73,47	125,86	250,4	143	175,1
1981	65,08	115,86	230,5	139	165,8

FONTE: CEA/FGV.
* 3,92% a.a.

FEIJÃO

No caso do feijão, o menor "indicador de rentabilidade, durante os anos 70 foi observado em 1978, quando a safra alcançou volume levemente superior ao do ano anterior, e recorde desde 1972. Os preços recebidos pelos produtores foram afetados pela oferta total, que ascendeu a quase 2,8 milhões de t, possibilitando a formação de estoque relativamente elevado do produto. Paralelamente à comercialização da colheita, o governo, naquele ano, preocupou-se em manter sob controle o preço do feijão preto, tabelando-o no mercado varejista carioca e, em vários momentos, ameaçando realizar importações do produto.

QUADRO 6

FEIJÃO – Paraná: Evolução dos Preços Recebidos pelos Produtores e Estimativa do Indicador de Rentabilidade da Cultura – 1966 a 1981

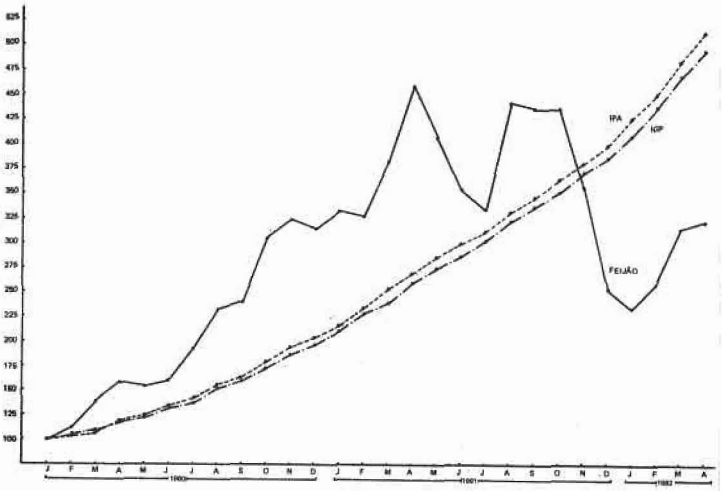
Ano	Preços recebidos valores reais (Cr$/kg)	Preços pagos ajustados pela tendência de produtividade*	PRP ajust. índice 1966 = 100	Preços pagos índice 1966 = 100	Relaçã PRPi PPP
1966	54,30	54,30	100	100	10
1967	35,51	34,77	64	92	7
1968	32,98	31,61	58	83	7
1969	59,17	55,53	102	82	124
1970	52,44	48,18	89	79	113
1971	50,48	45,40	84	75	112
1972	51,25	45,13	83	77	108
1973	114,34	98,58	182	84	217
1974	76,84	64,86	119	121	98
1975	169,66	140,20	258	131	197
1976	120,10	97,16	179	114	157
1977	84,14	66,64	123	112	110
1978	58,83	45,82	84	107	79
1979	64,65	49,08	90	107	84
1980	125,28	93,12	171	122	140
1981	117,67	85,63	158	118	134

FONTE: CEA/FGV.
* 0,579 a.a.

Em 1979, a produção nacional da leguminosa caiu 3,8%, forçando os preços recebidos pelos agricultores para cima, enquanto que, em 1980, a grande quebra das safras das águas e da seca acarretou a menor colheita desde a frustrada safra de 1976. Conforme pode-se observar na Coluna 1 do Quadro 6, os preços recebidos em 1980 aumentaram substancialmente. O governo promoveu a importação de 35,9 mil t de feijão (93% de feijão preto), movido pelas precárias condições do abastecimento do Rio de Janeiro e pela necessidade de conter o avanço do índice do custo de vida, num ano em que a inflação recrudescia e atingia a casa dos 3 dígitos.

GRÁFICO 8

FEIJÃO



FONTE: Conjuntura Econômica, CEA/FGV.

No ano passado, face aos estímulos especiais implementados pela administração federal, a cultura apresentou crescimentos significativos na área plantada e na produção, perfazendo o volume de 2,46 milhões de t. No entanto, observa-se que o "indicador de rentabilidade", relativo a 1981, não apresentou a queda que se poderia esperar, o que pode ser atribuído, entre outros fatores, à grande incerteza quanto ao resultado da safra da seca que, por sinal, veio a apresentar volume inferior ao inicialmente previsto.

Este ano, o "indicador de rentabilidade", sem dúvida, apresentará valor inferior ao do ano passado, face à perspectiva de obtenção de safra recorde, o que já tem servido para manter os preços recebidos sob pressão baixista durante a comercialização da safra das águas. O plantio da safra da seca no Centro-Sul deve ter sido, desta forma, prejudicado, uma vez que os preços atuais do mercado, próximos do mínimo de garantia oficial, não proporcionam remuneração satisfatória ao produtor.